Ata de reunião Ordinária do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, realizada ao quinto dia do mês de Fevereiro de dois mil e treze às dezesseis horas, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteado, nº 1.331-Centro. Estiveram presentes: os representantes do Poder público titulares Maria Rita de Cássia Bueno Martins, Cristiane Aparecida Florêncio Savi, Sônia Maria Bonfanti Gonçalves e seus suplentes Maria Rachel Nascimento, os representantes da sociedade civil - entidades de atendimento e/ou defesa da criança e do adolescente - titulares: Abel de Mattos Cabral Neto, Lincoln César Moreira, Jairo Pereira Leite, os representantes de entidades com atividades iunto aos Movimentos Populares- titulares: Gustavo de Lima Bernardes Sales, Sheila Rodrigues de Oliveira. Estiveram presentes os convidados: Airton Pereira Júnior (Conselho Tutelar), Ney Hamilton Oliveira (Arnea), Jane Valente (SMCAIS), Sandra Sahd e Eddi M. Fahl (Embaixadores), Tatiane Vietro (Conselho Tutelar Sudoeste), Tiago Biusse Ghion (Fundação Orsa), Marinalva Costa(Serviço Social Nova Jerusalém), Debora Santos (Serviço Social Uniasec), Sandra Mattiello (CREAS), e Antonia Josefina Pechoto(Patrulheiros Campinas), Janaína Simone Prates Gonçalves(Creche Caminho Feliz) e Elide Augusto (Ação Forte). Deliberação sobre: 1. Atas 13.11.2012, 22.01.2013 e 29.01.13. Colocado em votação a ata do dia 13.11.12 sendo aprovada com 6 votos favoráveis e 1 abstenção, a ata de 22/01/2013 foi solicitado pelo conselheiro Gustavo para que na linha 86 seja incluído "devido priorização manutenção predial de em detrimento capacitação/formação profissional", sendo em seguida colocada em votação com 6 votos favoráveis. A ata de 29/01/2013 foi aprovada com 4 votos favoráveis e 2 abstenções. 2. Ofícios nºs 201205466 e 201205497 do Conselho Tutelar 4 N/NO. Esta pauta foi retirada devido a necessidade de reagendamento da reunião com os Secretários das pastas da Cidadania, Assistência e Inclusão Social, da Saúde e da Secretaria Extraordinária do Direito das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Foi aprovado a inversão da pauta passando a ser discutido pauta 4. Solicitação de ação da Receita Federal. Informado que há impedimento de complementação dos 6% de destinação entre Janeiro e Abril sob a alegação que a destinação deve ser feita junto com declaração de IR, não podendo destinar de forma direta, primeiramente irá a Receita Federal foi proposto o encaminhamento de ofício para orientações e esclarecimentos ao Secretário Nacional da Receita Federal com cópia a Delegacia Regional de Campinas e outro ao CONANDA, Conselheiro Abel contribuirá na elaboração do documento, colocado em votação foi aprovado por 8 votos favoráveis. 5. Ofício do "Lar da Criança Feliz". Refere-se sobre a discrepância entre o valor cofinanciado e os valores repassados, feitos as ponderações quanto aos critérios e informado que no CMAS tem uma proposta de composição de uma comissão para debater a padronização com sugestão de participação do CMDCA. Em seguida foi proposto o encaminhamento do documento a Comissão de Abrigos para parecer técnico e oficiar ao CMAS sobre a disponibilidade de representação do CMDCA, colocado em votação foi aprovado por 8 votos favoráveis. 6. Devolução de recursos pela "Associação de Educação do Homem de Amanhã" e solicitação para utilização em 2013. Jairo esclareceu os documentos sendo colocado em votação foi aprovado com 8 votos favoráveis. 7. Concessão inicial de registro do programa "Escola Empreendedora de T I " da Fundação Orsa. Lincoln fez a leitura do documento e os esclarecimentos sobre o projeto que foca no combate a pobreza, os jovens com conhecimento terão contratação direta junto a empresa, Cristiane esclarece que o registro é provisório, em seguida foi colocado para votação sendo aprovado com 8 votos favoráveis. Concessão de registro provisório à entidade "Tigrinhos Comunidade". Apresentado ao colegiado e aprovado com 8 votos favoráveis. 9. Registro da Escola Viveiro multiplicadora artesã. Apresentado e colocado em votação teve aprovação com 8 votos favoráveis. Alterado ponto de pauta 11. Of. GS SMCAIS

1 2

3

4

5

6

7

8

10

11 12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24 25

26

27

28

29 30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43 44

45

46 47

48

49

50

51

52

53 54 085/2013 - Programação anual 2013. Proposto que o coordenadores das comissões apresentem até o dia 08/02 as programações dos eventos para serem encaminhados à SMCAIS, colocado em votação foi aprovado com 8 votos favoráveis. 12. Ofício Conselheiro Abel - Legalidade de participação de Conselheira e leitura e aprovação de atas. Abel refere que a Conselheira Cristiane está em cumprimento de terceiro mandato e a lei faz menção de "mandato de 2 anos com recondução de uma única vez de igual período", proposto a solicitação de parecer da assessoria jurídica para melhor entendimento da lei e retorno ao colegiado para deliberação, Gustavo questiona sobre a existência de outra instâncias para contribuir. Colocado em votação foi aprovado com 8 votos favoráveis, com declaração de voto do Conselheiro Gustavo "Quando houver dúvidas em relação a legitimidade da representação de conselheiros e conselhos, que o questionamento seja encaminhado a órgão imparcial e se estenda a todas e todos conselheiras/os, isto a fim de evitar a caracterização de procedimentos persecutórios, tal qual ocorrido em 2012, cito os casos das conselheiras Sarah, Margareth e a reapresentação de documentação de representantes da Sociedade Civil." Invertido o de pauta. 14. Email da Conselheira Sonia. Conselheira esclarece que o CREAS tem vários PAEFIs e solicita o envio oficial das reuniões das Comissões para subsidiar o planejamento dos serviços. Lincoln esclarece que ocorreu chamamento para reuniões da Comissão de Medidas Socioeducaticas, tendo ocorrido duas que compareceram pessoas diferentes e não teve conselheiro para coordenar. As comissões Criando Redes e ESCCA também não tem coordenadores. Abel assumirá a coordenação da Comissão de Medidas Socioeducativas. Conselheiro Gustavo dará continuidade na Comissão de VDCCA, podendo abrir espaço, em segundo momento, para o debate das outras comissões. Colocado em votação foi aprovado com 5 votos favoráveis, 2 abstenções e 1 voto contrário. 15. Relação das entidades inadimplentes. A Coordenadoria de Prestação de Contas da SMCAIS/PMC encaminhou ofício ao CMDCA informando que das 103 entidades que recebem recursos do FMDCA, 78 delas estão inadimplentes. Proposta de oficiar a Secretaria para fornecer a relação das entidades enquanto o CMDCA providencia Resolução para que a partir desta data não seja liberado recursos às entidades inadimplentes, colocado em votação com 8 votos favoráveis. 16. Ofício AEESP - Notificação do Sr. Presidente. Trata-se da publicação de todas as atas ordinárias e extraordinárias do colegiado e da diretoria executiva, esclarecido que não há até o momento de legislação que estabeleça a obrigatoriedade da publicação das atas. Proposta de envio de oficio para informar sobre o indeferimento da solicitação, esclarecendo que as atas estão disponíveis no CMDCA, colocado em votação com aprovação de 6 votos favoráveis e 1 contrário. 10. Email do Conselheiro Abel - Parecer Jurídico da Res. 30/2011. Conselheiro apresenta como proposta, para esclarecer quanto ao uso de recurso do FMDCA na compra de material permanente e construção, solicitar pareceres através de ofício a FEAC e também de parecer independente, Lincoln propõe que o parecer jurídico seja solicitado a assessoria jurídica da SMCAIS. Colocado em votação aprovado a proposta de solicitação junto a assessoria jurídica da SMCAIS com 7 votos favoráveis, com declaração de voto da conselheira Sonia, "seguindo o raciocínio, deste órgão ser vinculado administrativamente à SMCAIS, portanto, a procuradoria descentralizada, meu voto não poderia ser diferente da votação de pauta, hoje votada seguindo este raciocínio. Portanto, meu voto é por um parecer jurídico somente junto à PMC/SMCAIS". 13. Alteração da Resol. 30/2011. Devido ao período de destinação a resolução não poderá ser alterada neste momento, somente a partir de primeiro de Maio, proposto que os conselheiros apresentem suas contribuições e nas reuniões serão debatidas, sobre a minuta elaborada pelo conselheiro Abel. Jairo propõe a exclusão do Arto 13. No Arto 20 parágrafo único sugere a substituição de "registrados" e não inscritos. No Arto 18 incluir após a data de crédito na conta da entidade. 3. Edital de projetos. Oficiar

55

56 57

58

59 60

61

62

63

64

65

66

67

68 69

70 71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84 85

86 87

88 89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102103

104

105

106

107108

as Secretarias Municipais de políticas de atendimento à criança e ao adolescentes e ao Conselho Tutelar para apontarem até dia 20/02 as demandas das regiões, com sugestão de atualização dos déficits dos atendimento/diagnóstico e mapa da vulnerabilidade. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião e eu, Maria Rita de Cássia Bueno Martins lavrei a presente ata.